RESUMO EXPANDIDO
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.001

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

EFETIVIDADE DO GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DE VOLTA REDONDA EM COMPARAÇÃO COM O BRASIL

EFFECTIVENESS OF PUBLIC SPENDING ON EDUCATION: AN ANALYSIS OF EDUCATIONAL INDICATORS IN VOLTA REDONDA COMPARED WITH BRAZIL

EFECTIVIDAD DEL GASTO PÚBLICO EN EDUCACIÓN: UN ANÁLISIS DE LOS INDICADORES EDUCATIVOS DE VOLTA REDONDA EN COMPARACIÓN CON BRASIL

doi.org/10.53426/con.v5i0.001

Thomás Nascimento Caldeira de Oliveira[1]; Josivaldo Emerick da Veiga[2]
[1]UNIUNICA, Iúna-ES, Brasil. E-mail:thomasncaldeira@gmail.com; [2]UNIUNICA, Iúna-ES, Brasil. josivaldoemerick@yahoo.com.br
Grupo de Trabalho: GT 1 – Educação, Formação Docente e Práticas Pedagógicas

RESUMO
O financiamento público é condição sine qua non para a garantia do direito ao ensino; contudo, a ampliação dos recursos não assegura, isoladamente, a qualidade dos resultados. Este estudo analisa a efetividade do gasto público educacional no município de Volta Redonda (RJ), correlacionando dotações orçamentárias, índices do Ideb e as condições de realização do trabalho pedagógico. De natureza documental e bibliográfica, a pesquisa adota abordagem quanti-qualitativa, fundamentada em dados do SICONFI/STN, da prefeitura local e do INEP. Em 2023, o município registrou Ideb de 6,1 (anos iniciais) e 5,4 (anos finais), superando as médias nacionais (6,0 e 5,0). Entretanto, a trajetória dos investimentos apresenta oscilações que não refletem ganhos proporcionais nos indicadores, tensionando a associação linear entre aporte orçamentário e desempenho escolar. Conclui-se que a responsabilidade do município transcende a execução financeira, exigindo transparência, controle social, rigor na aplicação dos recursos e valorização da infraestrutura e do magistério.
Palavras-chave: Gasto público; Ensino; Efetividade; Indicadores educacionais; Volta Redonda.

INTRODUÇÃO

O financiamento público é indispensável à garantia do direito à educação, mas não configura, por si só, garantia de qualidade. Entre a dotação orçamentária e a aprendizagem discente, interpõe-se uma complexa cadeia de decisões políticas e administrativas que condiciona a destinação dos recursos. Avaliar políticas educacionais exclusivamente pelo volume de investimentos reduz uma pauta social multifacetada a uma dimensão meramente contábil.

A responsabilidade do poder público não se esgota na execução orçamentária. Seu dever primordial reside em converter aportes financeiros em condições concretas de aprendizagem discente e dignidade profissional docente. Tal exigência se torna relevante em um país marcado por desigualdades persistentes no acesso, permanência e aprendizagem. Conforme o *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024*, persistem discrepâncias significativas de oferta e desempenho,

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

evidenciando a urgência de articular financiamento a estratégias de enfrentamento às desigualdades e garantindo condições adequadas de escolarização (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2024).

Embora Volta Redonda (RJ) apresente indicadores superiores às médias nacionais — 6,1 nos anos iniciais e 5,4 nos anos finais do ensino fundamental (2023) —, tal desempenho não deve servir de óbice à avaliação crítica. Bons indicadores atestam avanços e devem ser reconhecidos, mas não comprovam, isoladamente, a máxima efetividade alocativa dos recursos.

A questão torna-se mais relevante quando os resultados são confrontados com os gastos. Entre 2016 e 2024, as despesas com ensino variaram de aproximadamente R$ 223,9 milhões a R$ 282,9 milhões. Para 2025, consta orçamento previsto de R$ 360,1 milhões. O comportamento dos indicadores, entretanto, não acompanhou proporcionalmente essas oscilações.

Este estudo analisa a efetividade do gasto público em ensino no município, relacionando despesas, Ideb e condições materiais de trabalho, com foco na responsabilidade do poder público na transformação do orçamento em resultados socialmente relevantes.

METODOLOGIA

A pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, adota abordagem quanti-qualitativa. Foram mobilizados dados do SICONFI/STN, Prefeitura de Volta Redonda, RREO/SIGFIS e INEP/Ideb, além de literatura sobre condições laborais e prática docente.

A análise quantitativa relacionou a trajetória dos gastos educacionais aos resultados do Ideb. A abordagem qualitativa permitiu discutir fatores intervenientes na efetividade das políticas, especialmente infraestrutura, formação, valorização docente e ambiente de trabalho.

A efetividade foi concebida como a capacidade de converter recursos em condições concretas de ensino aprendizagem. Evita-se a postulação de causalidade linear entre gasto e Ideb, buscando verificar criticamente se a ampliação orçamentária é acompanhada de resultados proporcionais e compatíveis com as necessidades da rede.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Volta Redonda (RJ) exibe trajetória positiva no Ideb, superando as médias nacionais. Em 2023, registrou 6,1 nos anos iniciais e 5,4 nos anos finais, superando as médias nacionais. Todavia, o confronto com o gasto público revela que o aumento das despesas não gerou crescimento proporcional nos indicadores.

A série histórica de investimentos e resultados do Ideb em Volta Redonda (2016–2025) aponta a seguinte trajetória orçamentária e pedagógica: em 2016, investiu-se R$ 223,9 milhões; em 2017, R$ 227,7 milhões (Ideb 6,1 anos iniciais / 4,8 finais); em 2018, R$ 231,5 milhões; em 2019, R$ 276,8 milhões (Ideb 6,2 / 5,0); em 2020, R$ 272,7 milhões; em 2021, R$ 253,3 milhões (Ideb 6,1 / 5,3); em 2022, R$ 227,5 milhões; em 2023, R$ 282,9 milhões (Ideb 6,1 / 5,4); em 2024, R$ 229,1 milhões; e, em 2025, o orçamento previsto é de R$ 360,1 milhões, com indicadores projetados de 6,3 e 5,3, respectivamente. (Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SICONFI/STN, Prefeitura de Volta Redonda, RREO/SIGFIS e INEP/Ideb. Nota: 2025 refere-se a orçamento previsto, não despesa executada).

A análise histórica desafia a premissa de que a expansão orçamentária assegura, mecanicamente, melhores resultados no ensino. Entre 2017 e 2019, o aumento de R$ 227,7 para R$ 276,8 milhões não produziu saltos expressivos nos índices. O contraste entre 2022 e 2023 é elucidativo: um aporte adicional superior a R$ 55 milhões resultou em estagnação nos anos iniciais

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

(6,1) e variação irrisória nos finais (de 5,3 para 5,4). Tal cenário não autoriza a conclusão imediata de desperdício, mas evidencia a ausência de correspondência direta entre dispêndio e desempenho.

A questão central reside na qualidade da gestão de prioridades e na aplicação alocativa. Um vultoso orçamento pode coexistir com precariedade de infraestrutura. No âmbito das Ciências da Natureza, por exemplo, a prática pedagógica subordina-se à disponibilidade de laboratórios e suporte institucional; sem esses pilares, a qualidade pedagógica restringe-se ao plano retórico (DIAS; CARLIM; VEIGA, 2025). Essa desconexão também fragiliza o corpo docente. Conforme apontam Veiga e Ferreira (2024), a identidade do professor é construída nas experiências profissionais e nas relações estabelecidas com as instituições. Exigir inovação e produtividade sem prover suporte estrutural torna-se incoerente, pois o desgaste profissional e a desmotivação não são mazelas individuais, mas reflexos de contingências institucionais e sociais do trabalho docente (GOMES; VEIGA, 2026; FERREIRA; CESPES; VEIGA, 2025). A permanência na carreira depende de condições concretas de reconhecimento e desenvolvimento profissional, que frequentemente são negligenciadas em favor de metas contábeis.

A prática pedagógica é igualmente afetada por essa lacuna de suporte. A incorporação da inteligência artificial e de outras inovações exige formação contínua e apoio institucional; sem esses elementos, a modernização permanece no discurso oficial sem alterar o cotidiano escolar (CORRALES; VEIGA, 2025). Políticas ambiciosas, desacompanhadas de respaldo material, tendem a falhar na implementação, sendo que as dificuldades docentes variam drasticamente conforme as condições institucionais e as relações de trabalho vigentes (SILVA; VEIGA, 2025).

O desempenho de Volta Redonda, acima da média nacional, não deve servir de blindagem à gestão. O Ideb é um indicador relevante, mas não mede infraestrutura, saúde profissional ou a qualidade das relações pedagógicas. A administração deve demonstrar quais problemas foram priorizados.

Atenção especial cabe à previsão de R$ 360,1 milhões para 2025: por ser orçamento previsto, não pode ser apresentado como investimento realizado. O controle social exige acompanhar a execução financeira até o encerramento do exercício, pois a publicidade de grandes valores não substitui a transparência. Se os recursos aumentam, é legítimo indagar quais desigualdades foram reduzidas e quais resultados foram efetivamente produzidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Volta Redonda apresenta resultados positivos no ensino quando comparada às médias nacionais, especialmente no Ideb de 2023. Esses avanços devem ser reconhecidos. Entretanto, o cruzamento dos indicadores com a trajetória dos gastos demonstra que não existe relação automática entre aumento do orçamento e melhoria proporcional da aprendizagem.

A principal conclusão é que gastar mais não significa necessariamente ensinar melhor. O recurso público somente cumpre sua finalidade quando transforma-se em infraestrutura adequada, formação, valorização profissional, condições de trabalho e aprendizagem. Os dados analisados não permitem afirmar que houve desperdício dos recursos públicos, mas permitem questionar a utilização do volume financeiro como sinônimo de qualidade da gestão. O aumento das despesas precisa vir acompanhado de transparência sobre sua aplicação e avaliação dos resultados produzidos.

A responsabilidade do poder público, portanto, ultrapassa a execução orçamentária. Cabe ao governo demonstrar que os recursos estão chegando às escolas e respondendo às necessidades concretas de estudantes e professores. Isso exige controle social, planejamento, avaliação e capacidade de corrigir políticas que não produzam os resultados esperados.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

Também é necessário reconhecer que o Ideb, embora relevante, não pode ser transformado no único parâmetro de qualidade. O ensino envolve aprendizagem, equidade, inclusão, infraestrutura, valorização docente e condições humanas e materiais para ensinar.

Assim, o desempenho favorável de Volta Redonda não deve ser utilizado para encerrar a discussão, mas para aprofundá-la. Quanto maior o recurso público mobilizado, maior deve ser a responsabilidade do governo em demonstrar o que esse investimento produz.

A pergunta fundamental não é apenas quanto o governo gastou, mas o que a sociedade recebeu como resultado desse gasto. A resposta deve aparecer na escola, na aprendizagem, nas condições de trabalho dos professores e na redução das desigualdades.

Executar o orçamento não é garantir qualidade; gastar não é, por si só, transformar. A efetividade da política de ensino deve ser medida pela capacidade do Estado de converter recursos públicos em direitos concretamente assegurados aos estudantes e profissionais do ensino.

REFERÊNCIAS

CORRALES, R. F.; VEIGA, J. E. da. A falta de apoio governamental em formações para a aplicabilidade pedagógica de IAs em Campo Grande, MS. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 18, n. 12, e22908, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.12-174.

DIAS, D. L. M.; CARLIM, S. T.; VEIGA, J. E. da. Entre teoria e realidade: os obstáculos na implementação de aulas práticas nas ciências da natureza no Rio de Janeiro. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 18, n. 11, e22527, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.11-328.

FERREIRA, A. A.; CESPES, P. V. L.; VEIGA, J. E. da. Por que optar pela docência? Motivações e desafios na região do Médio Rio de Contas – BA. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 18, n. 10, e21597, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.10-222.

GOMES, V. C. C.; VEIGA, J. E. da. Crise, desgaste e desistência: a desmotivação docente no ensino público do Rio de Janeiro. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 19, n. 1, e23557, 2026. DOI: 10.55905/revconv.19n.1-231.

SILVA, J. H. M. da; VEIGA, J. E. da. Vozes da sala de aula: as dificuldades da prática docente no setor privado do Rio de Janeiro. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 18, n. 11, e22087, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.11-090.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024. São Paulo: Todos Pela Educação, 2024.

VEIGA, J. E. da; FERREIRA, L. H. O processo de significação atribuída à profissão docente. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 12, e12861, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.12-252.